

# ENTRE O MERCADO E O MINIFÚNDIO: O TRABALHO EM UMA REGIÃO DO SUL DO BRASIL<sup>1</sup>

Resultado de investigação finalizada

GT n. 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo sintetiza um estudo de caso realizado na região da Grande Santa Rosa (Rio Grande do Sul, Brasil) sobre o trabalho nos minifúndios. Alinha-se com a agenda da sociologia econômica, visando a contribuir para uma reflexão crítica sobre a noção de mercado de trabalho. Valorizando a dimensão territorial da análise, refuta um tratamento dualista e analisa, não apenas os contrastes, mas as articulações entre o trabalho na propriedade agrícola familiar e a ocupação no meio urbano da região. Destacam-se, entre outros resultados, a problemática da emigração, que “desloca” o desemprego; o entrelaçamento das relações familiares e laborais no cotidiano de trabalho; o compromisso moral com a continuidade do empreendimento; o estigma *versus* a valoração positiva dessa modalidade de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Minifúndio, mercado de trabalho, sociologia econômica

## 1. Introdução

Os contrastes e os nexos entre o trabalho mercantilizado no meio urbano e a reprodução das famílias em pequenas propriedades rurais são o tema deste artigo, que se baseia em um estudo de caso que analisou um mercado regional de trabalho não-metropolitano, na região da Grande Santa Rosa, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Este foi um tópico de um estudo que se constituiu em minha tese de doutorado (Xavier Sobrinho, 2011). Ela buscou contribuir para o debate da (nova) sociologia econômica ao empreender a investigação aprofundada de um mercado de trabalho, a partir de uma perspectiva territorial, buscando elementos para interpelar os limites teóricos que a matriz analítica “mercantil” impõe à abordagem sociológica da problemática do trabalho<sup>3</sup>.

A região pesquisada evidenciava com especial nitidez a “contaminação” que as relações sociais mais diversificadas imprimem sobre o laço de compra e venda de força de trabalho. Ademais, a tessitura de uma vida regional e local ganhou inaudito destaque na compreensão dos mecanismos que particularizam essas relações de trabalho, distanciando-as da forma estilizada pela economia clássica e neoclássica.

O caso estudado oferecia, além disso, a oportunidade de evidenciar a perda de acuidade em que a sociologia incorreu ao reduzir progressivamente seu interesse pelo trabalho social à sua forma assalariada. Na Grande Santa Rosa, as pequenas propriedades rurais de exploração familiar seguem possuindo uma presença basilar na ocupação da força de trabalho e na reprodução da vida social. Seria recomendável tratar esse universo dos minifúndios como uma “sobrevivência” e simplesmente descartá-lo do que mereceria ser definido como um “mercado de trabalho”? Caberia assumir uma

---

<sup>1</sup> Este artigo toma por base o oitavo capítulo de XAVIER SOBRINHO (2011), condensando-o, mas, também, repensando e avançando em algumas de suas proposições.

<sup>2</sup> Sociólogo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Rio Grande do Sul, Brasil. [xaviersobrinho@gmail.com](mailto:xaviersobrinho@gmail.com)

<sup>3</sup> Uma tentativa de síntese do estudo, em forma de artigo, encontra-se em XAVIER SOBRINHO (2012).

perspectiva dualista, em que se “acrescentasse” à caracterização da ocupação urbana um adendo, que contemplasse esses trabalhadores que aparecem no Censo sob a singela rubrica “não remunerados”?

Esse percurso analítico não buscou, precipuamente, a compreensão da realidade social e laboral dos minifúndios. A questão orientadora era, antes, o grau de articulação entre essa órbita de uma formação social regional e a esfera da ocupação mais modelarmente associada à noção de mercado de trabalho. É essa noção mesma e seus limites que se constituíram no móvel do estudo.

Tendo presente essa perspectiva, concentro-me, aqui, nos achados de campo que permitem dar contorno a uma configuração que consideramos bastante provocativa analiticamente.

## 2. Uma palavra sobre o debate teórico; outra sobre a região pesquisada <sup>4</sup>

Em minha pesquisa, articulei duas literaturas que pouco diálogo têm estabelecido. Duas “provocações” pautaram a investigação. A primeira vem do campo da sociologia econômica: “os sociólogos (...) aceitaram, implicitamente, a presunção dos economistas de que ‘processos de mercado’ não são objetos apropriados de estudo sociológico” (Granovetter, 1985:504).

A análise de um mercado de trabalho é convocada a integrar-se ao programa disciplinar que submete à vigilância epistemológica categorias analíticas “importadas” da economia. Como postulados centrais da sociologia econômica, tem-se a afirmação da “construção social dos mercados” (Steiner, 2004:01) – “social e política”, para Fligstein (2001: 221-2) –, bem como a recuperação, por Granovetter (1985), da imagem polanyiana de *embeddedness*, entre outras conhecidas “ideias-força”.

Mercados de trabalho continuam pouco examinados sob tal perspectiva. E no entanto, como sustenta Streeck: “o mercado de trabalho não é realmente um mercado, no sentido de um mecanismo universalista, impessoal, cego para a cor e para o gênero, a reger o encontro (*match*) da oferta de e da demanda por trabalho” (2005:254).

Em Xavier Sobrinho (2011) empreendi uma revisão de literatura sobre os mercados de trabalho para evidenciar o quanto a produção da sociologia sobre o tema é inconciliável com os princípios “mercantis” de permeabilidade, atomização, transparência, etc. Ao mesmo tempo, a disciplina não gerou uma conceituação alternativa consistente, tendo dificuldades flagrantes especialmente quando se trata de abarcar as formas do trabalho não-assalariado, não-remunerado e não-economicamente orientado, cuja centralidade é repostada, por exemplo, por Mingione (1997/2003) ou Gorz (2008/2003).

A segunda provocação veio de Tickamyer: “a sociologia pode ser acusada, menos de ser incapaz de reconhecer a espacialidade ou de estudar diferenças ao longo do espaço do que pela incapacidade de teorizar o espaço explicitamente, analisá-lo sistematicamente e *incorporá-lo na techedura* de outros processos sociais” (2000: 807 – grifo meu).

Minha atenção estava voltada ao mercado de trabalho de uma formação regional que era necessário validar analiticamente. Como operar a dimensão espacial, quando se abandona o conforto do “objeto metropolitano”?

Movi-me em uma bibliografia transdisciplinar centrada na noção de globalização à qual é contraposta a “reemergência” da esfera local. Desde o clássico de Piore e Sabel (1984), passando pelo que Benko e Lipietz (1994:04) chamam de “nova ortodoxia”, uma visão hiperlocalista (Bourdin, 2001) proclama o vigor das escalas subnacionais. Novas territorialidades na produção associam-se a redesenhos institucionais nos quais se articulam intervenções de agentes com diferentes abrangências – transnacionais, nacionais e subnacionais, como apontam Hollingsworth e Boyer (1997), na imagem de “ninho”, ou Sassen (2007/2010: 37-8).

Na literatura da geografia, colhi em Santos a noção de espaço como “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (1996/2004:63), o que

<sup>4</sup> Parto, aqui, adaptando-os, de excertos de Xavier Sobrinho (2012).

significar incorporar à noção mesma de espaço geográfico as dimensões da história, da política, da cultura.

As singularidades sócio-históricas são, assim, redescobertas como especificidades espaciais. A estratégia que me pareceu mais profícua foi a de concentrar-me em uma região que trazia “ruídos” frente às análises convencionais, um lugar que pareceria condenado a ficar “fora da idéia” de mercado de trabalho.

A região que pesquisei compõe-se de 20 municípios, articulados em torno de uma cidade-polo, Santa Rosa, fundada em 1931. Como “mercado de trabalho”, a região mostrava-se prenhe de interesse analítico, dadas especificidades entre as quais destaco, telegraficamente:

- a) Indicadores de mercado de trabalho bastante discrepantes das médias nacionais e estaduais: a taxa de desemprego é muito inferior; a participação das posições “não mercantis” (trabalho não remunerado, especificamente), muito mais elevada;
- b) Pequenos contingentes populacionais: dos 20 municípios, 16 tinham menos de 10 mil habitantes; a cidade polo, menos de 70 mil;
- c) Configuração espacial com nítido entrelaçamento das instâncias locais, regional, nacional e global, em função de algumas atividades econômicas de grande centralidade;
- d) Vigorosas atividades urbanas (destacando-se a indústria de transformação) combinadas a uma elevada participação do trabalho agrícola; taxas de urbanização sensivelmente inferiores às do Estado e do país;
- e) Complexa negociação das identidades étnicas, em um contexto de diversidade, hegemônica pela ascendência germânica;
- f) Dinâmica demográfica caracterizada por contingentes populacionais estagnados ou declinantes, associados à emigração.

A colonização da região é recente, tendo se iniciado nas primeiras décadas do século XX, e, por diretriz governamental, pautou-se pela multiplicidade de origens étnicas. Houve, no entanto, e ainda há predominância dos descendentes de alemães.

Uma “vocaçãõ” primária persiste (há algumas décadas capitaneada pela cultura da soja), mas esteve desde cedo associada a movimentos de industrialização. O tecido empresarial é pouco diversificado. Não obstante, a Grande Santa Rosa detém duas portentosas plantas industriais produtoras de máquinas agrícolas, hoje de propriedade de multinacionais, porém fundadas por empreendedores locais. A John Deere, em Horizontina, e a AGCO, em Santa Rosa, inscrevem a região em circuitos claramente globais.

O problema da emigração é nevrálgico. Entre 1991 e 2000, a região perdeu 0,3% de seu contingente, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 11,4%. De 1960 a 2000, o número de habitantes do Estado elevou-se 87%; o da Grande Santa Rosa, apenas 23%. Muito evocados para explicar essa evasão populacional são os impasses que fragilizariam a sustentabilidade da produção primária nos minifúndios, que ainda ostentam um grande peso na estrutura ocupacional. Em 2000, 47,2% dos ocupados da região exerciam atividades primárias, contra 20,1% no Estado. Dos estabelecimentos rurais, 75% têm menos de 25 hectares.

Fatores culturais cobram seu papel nessa dinâmica. “A nossa formiguinha é cortadeira”, declarou-me um professor de uma universidade da região, ilustrando o alegado gosto da população por “cortar mato”, em novas terras, emigrar.

Neste texto, detenho-me nas condições concretas e nas representações dos trabalhadores dos minifúndios, em sua articulação com a órbita do trabalho urbano e assalariado.

### 3. Uma formação regional eivada pela ruralidade e a refração de alguns mercados

A realidade dos minifúndios estudados expõe os limites da operação de outros “mercados” de fatores ou de produtos, não apenas o de trabalho. Saliento quatro pontos.

Primeiramente, o mercado de terras tem ostentado significativa debilidade. A ociosidade de inúmeras propriedades é testemunhada em relatos que apontam impasses ligados à lucratividade, ao financiamento ou à sucessão na propriedade familiar. Classicamente, esse ativo deveria retornar ao mercado, cabendo ao preço o papel de fator de ajuste entre a oferta e a demanda. No entanto, a fragmentação dessas terras inibe a comercialização, “amarrando-a” a um padrão de “vizinhança” que se funde com redes de parentesco, enquanto uma parcela significativa da terra fica inexplorada<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, uma tradição curiosa emerge na esfera monetária. Na Grande Santa Rosa, a “saca de soja” é, até hoje, utilizada como unidade de conta nas transações econômicas, uma convenção eminentemente local, que desafia a universalidade de um dos mercados que se julgariam mais inescapáveis, o de dinheiro.

Em terceiro lugar, a estabilidade do cultivo da soja contraria evidências unanimemente admitidas, na região, de que ele se torna progressivamente antieconômico em pequenas propriedades, por razões técnicas e de escala. As explicações que os atores regionais avançam não parecem se coadunar com a estrita racionalidade da maximização ou com a suposta fluidez alocativa dos mercados perfeitos.

Estive em campo em duas conjunturas contrastantes: em 2002, os preços internacionais da soja estavam dramaticamente baixos; em 2006-7, excepcionalmente elevados. Nos dois contextos, o cultivo mantinha-se inabalável. Dados secundários corroboram: a área plantada com soja, na região, foi de 247 mil hectares, em 1991; de 234 mil, em 2000; e de 227 mil, em 2005 (FEEDados, on-line).

Em quarto e último lugar, destaca-se a presença relevante da produção para o auto-consumo nos minifúndios. Essa prática parece justificar a percepção de muitos entrevistados segundo a qual, na “colônia”, ao menos a alimentação dos indivíduos está garantida – uma manifestação de segurança muitas vezes contraposta à incerteza da decisão de se lançar à condição de assalariado e de se radicar no meio urbano.

Ao mesmo tempo, os jovens que vivem no meio rural povoam as preocupações de todos os atores regionais, quando refletem sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. Essa apreensão encontra respaldo nos dados demográficos que explicitam a emigração.

### 4. A “opção” de ficar ou migrar e as especificidades do trabalho no minifúndio

A oposição binária entre ocupação e desemprego não é capaz de apreender o fenômeno socialmente reconhecido como expressão por excelência da escassez de oportunidades de trabalho e renda no universo do minifúndio: a emigração.

Ademais, o relativo “fechamento” dessas unidades produtivas frente a outros circuitos sociais e mercantis, sua baixa rentabilidade e as particularidades dos ciclos produtivos da agricultura – que, em muitos casos, consagram períodos de ociosidade –, levam a que o trabalho na pequena propriedade rural seja visto como uma condição que não equivale, social e simbolicamente, ao emprego assalariado. Um excerto de entrevista condensa essas questões:

---

<sup>5</sup> Em 2007, constatei em campo a eficácia que vinha tendo na região um programa federal de crédito fundiário, especialmente uma de suas modalidades, intitulada “Minha primeira terra”, voltada para jovens. A política lograva a retomada das transações. Essas, segundo líderes sindicais rurais, reproduziam o padrão de negócios intra-familiares.

## PARADA

E se você vai pegar os índices de desemprego (...) eles são baixos porque, de certa maneira, as estatísticas de vocês consideram que quem está na lavoura é empregado. Agora, se tu saíres hoje por aí, pedires: "Tu quer sair de lá fora? Tu quer um emprego?" Todo mundo quer isso. Todo mundo quer sair da lavoura. E por quê? Porque hoje a produção primária não é mais rentável. (secretário municipal de Turismo, Porto Mauá, jul.2006)

A taxa de natalidade vem diminuindo rápida e continuamente, atenuando um dos fatores de pressão demográfica, que conflitava com a estrutura fundiária. De qualquer modo, a entrada na idade adulta (ou a aproximação desta) é um momento crucial para uma definição quanto aos projetos e destinos ocupacionais dos jovens e, portanto, da família e do próprio "empreendimento". Os dois fatores mais destacados para estimular o êxodo são o escasso retorno econômico da atividade agrícola e um conjunto de seduções que o jovem teria por um estilo de vida urbano. Essas duas "vertentes" aparecem amalgamadas em falas como a desses integrantes da Comissão de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuparendi:

Jovem 1 – Você trabalha, trabalha, não tem renda. Aí você senta com o jovem – que nem lá na minha comunidade aconteceu. Agora, esses dias, eu liguei para os piás que estão lá em Florianópolis, matando cachorro a grito para comer. Só que eles disseram assim: "Não adianta for pra lá [voltar para Tuparendi], porque lá só tem comida". E o jovem não vive só de comida.

Jovem 2 – Ele quer festa, ele quer agito (...)

Jovem 1 – Mas chega no fim de semana, o pai não tem [dinheiro para lhe dar]. A atividade que ele está fazendo não viabiliza para ele sobrar uns trocos, entende. E daí entra o negócio de preço. Nós não temos preços. Nós não temos sobrando nada da agricultura. (mai.07)

À exigüidade do rendimento monetário – intermediado pelo pai, destaca-se –, mistura-se uma demanda por diversão, que remete a uma orientação subjetiva em direção a um ambiente social diverso daquele dos minifúndios. Isso não significa que não opere, na reflexão dos jovens e de suas famílias um cotejo eminentemente monetário de possibilidades ocupacionais.

Hoje, com um salário de 380 (reais), é piada. Quem vai querer ficar na agricultura, para...?. Tu não tira isso. Por exemplo, eu e minha esposa, nós dois trabalhando, nós trabalhamos e nós não ganhamos 700 reais por mês (Valdenir, produtor rural, Santa Rosa, jun.07).

Eu trabalhar na cidade e ganhar 600 real por mês? Manter luz, água, tudo mais, não sobra nada para mim. (...) Então, na lavoura tu tem isso e te sobra mais ainda. (...) Eu tinha até pensado em ir para Dois Irmãos [Região Metropolitana], onde está minha irmã, trabalhar em loja, em mercados, fábricas de calçados, roupas. Mas com a combinação do dólar, agora, que está caindo bastante, então está difícil, está difícil a situação lá (Ademir, 25 anos, Santo Cristo – mai. 07).

Observa-se o vigor dessa aritmética, não importa para que lado ela penda. É curioso notar, no segundo depoimento, a apreciação até mesmo de condicionantes macroeconômicos. Também na fala de Ademir, vê-se que a determinação a permanecer na agricultura mostra-se a seguir menos firme. Isso foi comum entre os jovens. Também é frequente o relato de alternâncias entre essas duas condições. Dentre as vantagens do trabalho assalariado, a segurança da remuneração predeterminada exerce uma atração sobre indivíduos acostumados às incertezas da produção primária.

P – O que tu acha legal no trabalho da metalúrgica?

TIAGO – É que tu sabe que no final do mês o teu dinheirinho está ali na conta, não precisa nada de... de estar... se dá zebra de safra, alguma coisa assim, tu sabe que tu perde. (...) Assim aquele dinheiro é fixo, todo mês. Não tem problema (Tiago, 16 anos, jun.07).

## 5. Formas e conteúdos do trabalho na agropecuária, e as representações do rural

O trabalho nos minifúndios é, tipicamente, gerido pela família, a qual estabelece a divisão interna das tarefas, as cadências, as estratégias de produção, em modos que tendem a refletir as hierarquias e os papéis extra-econômicos dos indivíduos que a compõem. Mas algumas “modalidades” de trabalho agrícola reconhecíveis na região escapam a esse modelo mais “puro”.

Uma primeira forma é a criação de suínos (e, em alguma medida, a produção de leite) integrada a grandes empresas – em sua maioria multinacionais – de alimentos, que vêm impondo novos padrões de relacionamento. Mas muitos depoimentos indicaram que o vínculo com essas firmas reduz o produtor rural à condição de “peão”, o que avilta um imaginário de independência. Por outro lado, a “aversão ao risco”, a falta de capital e a dificuldade de inserção nos circuitos de comercialização justificam a aceitação desse tipo de arranjo.

Uma segunda modalidade é a dos “peões” propriamente ditos. O assalariamento em forma plena praticamente inexistente, mas é corriqueira a contratação de trabalhadores para “empreitadas”. Esses são, justamente, os “peões”. Muitos deles possuem pequenas extensões de terra, que utilizam para cultivos de subsistência, buscando renda monetária nesses trabalhos eventuais, sem oficialização, até mesmo para não perderem benefícios de regras específicas da legislação previdenciária relativa aos agricultores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, em entrevista de 2002, destacava que essa combinação de “posições na ocupação” não se limita a atividades agrícolas:

O que acontece muito no interior? Tem o cara que durante uma certa época do ano ele é pedreiro. Quando ele não tem muito serviço na agricultura, na sua propriedade – ele planta e daí limpou a roça... –, aí ele trabalha: constrói um galpão, constrói uma casa, constrói isso, constrói aquilo.

Foi possível encontrar exemplos dessa realidade, que tem sido evocada como “pluriatividade”. Já a combinação de trabalho no minifúndio com formas de assalariamento pleno em atividades urbanas não ostentou frequência expressiva. O mais comum é que os indivíduos que se empregam no meio urbano transfiram para lá sua residência. Ainda assim, deparei-me com casos em que a propriedade rural (dos pais) continua sendo moradia – e ocupando parte do tempo “livre” – de jovens que têm vínculo de emprego na cidade.

Essa dupla natureza da propriedade rural, como unidade econômica e residência, tem um condicionante tecnológico ambíguo. Desde os anos 70, tecnologias altamente poupadoras de mão-de-obra imperam na produção de grãos.

Se a modernização tecnológica foi percebida fundamentalmente como fonte de redundância de força de trabalho e de emigração, ela é, também, aliada da permanência, no meio rural, de famílias com escassa potência produtiva. Diversos casais idosos vivem sozinhos em suas propriedades e, contando com um número baixo de diárias de “peões” contratados, não deixam de plantar grãos. No restante do tempo, dedicam-se, extensivamente a cultivos “leves”. O advento da aposentadoria rural, generalizada a partir dos anos 1990, foi outro fator decisivo de fixação desse segmento etário no campo.

De maneira geral, o tempo que “sobra” da lavoura é aplicado pelas unidades familiares em atividades, que fornecem produtos comercializáveis ou para consumo próprio. A criação de animais é um trabalho representado como penoso.

Hoje de manhã estava 2 graus negativos; a gente teve que enfrentar o frio, sair lá, lavar úbere de vaca. Se tu for trabalhar numa loja, de babá, de doméstica, é um serviço totalmente diferente, que é menos pesado, menos judiado. Porque não é fácil (Cristiane, 22 anos, produtora em Santo Cristo).

O caráter árduo desse trabalho é positivamente valorado em muitos discursos, não apenas dos indivíduos que a ele se dedicam. Muitas vezes me foi dito, por empresários de Santa Rosa, que os trabalhadores “do interior” são muito bem vistos pelos empregadores da região e de fora. Há, entretanto, o reverso dessa medalha, exemplificado nessa conversa que tive com um grupo de agricultores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuparendi.

Jovem 1 – Aí entra o detalhe da discriminação. Chega alguém ali, ó, chega uma moça bonita, vai te pedir: “Qual a tua profissão?”.

Jovem 2 [simulando o diálogo] – “Agricultor”.

Jovem 1[idem] – “Agricultor!”.

Jovem 2 – Se foi! [a moça]

Similarmente, em Santo Cristo, homens jovens mencionaram a dificuldade de encontrar mulheres dispostas a se casarem com agricultores e a se fixarem no meio rural. Colhi, também, testemunhos como a dessa adolescente, que, matriculada em um colégio particular da cidade polo, dizia-se vítima de chacota por viver num minifúndio:

Ah! Tem umas brincadeiras, né, o tempo todo! “Tu não mora: tu te esconde!”. Ou então “Teu pai é colono!”... (jun.07).

A articulação entre o rural e o urbano, nessa região, é inequívoca, mas, como a própria dimensão simbólica repõe, está longe de consagrar um “continuum” ao gosto da noção de “rurbano”. A própria circulação dos moradores das zonas rurais pela cidade polo era bastante restrita, há poucas décadas, segundo os depoimentos. Em 2007, um jovem mencionou que seu tio tinha amigos que haviam partido, “para cidade grande, assim que nem Tucunduva” – município de 3,8 mil habitantes.

## **6. O apreço pela atividade rural, estímulos, dificuldades e os trânsito ocupacionais**

A emigração de jovens não necessariamente se associa a uma apreciação negativa da atividade agropecuária. Um número expressivo de jovens manifesta o desejo de permanecer no campo, e, mais do que isso, o gosto pela “lida”. Muitas mulheres integram esse contingente, contrariando a visão que lhes atribui maior aversão ao trabalho rural.

FRANCIELE – Para muitos é tipo uma vergonha ficar no interior. Por que vergonha? É um trabalho que nem outro. Que nem se tu fizer uma faculdade, alguma coisa (...).  
(17 anos, Santo Cristo).

Franciele é a primeira de duas filhas mulheres. Pode-se pensar que seu engajamento tenha sido favorecido pela ausência de irmãos homens com quem partilhar tarefas de apoio aos pais. Por outro lado, um testemunho semelhante é apresentado por Cristiane, que tem um irmão, dois anos mais velho.

CRISTIANE – No interior é outra realidade: você trabalha, muitas vezes, num serviço sujo, um serviço pesado, um serviço no calor, no frio, na chuva. Então, principalmente as mulheres, eu acho que é por isso que elas optam a ir trabalhar numa loja, a ir trabalhar de

doméstica, de babá, porque elas sabem que é um serviço mais leve. (...) Eu acho assim: para trabalhar na agricultura tem que ter vontade, tem que ter interesse, porque se não... (produtora em Santo Cristo, 22 anos).

A vivência de Cristiane não foi muito diferente da de muitos jovens rurais: quando cursava o Ensino Médio, transferiu-se para a sede urbana. Trabalhou como doméstica e babá, na casa de sua madrinha, e diz ter tido propostas de emprego. Mas preferiu voltar para a propriedade familiar, sendo vista, por isso, como uma exceção.

Funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuparendi enfatizaram a questão da escola, tanto como sintoma quanto como fator indutor do êxodo. Segundo eles, o município já teve 20 escolas no meio rural e hoje tem duas ou três. Devido à redução da população em idade escolar, a Prefeitura concentra os alunos na sede urbana, o que proporciona a eles uma “cultura de cidade” (sic), que os desmotiva a retornar à propriedade agrícola.

A escolarização, mais do que uma meta em si, fornece aos jovens uma alternativa ao trabalho no minifúndio. Quando essa transição ocupacional não é um projeto, muitos pais retiram os jovens da escola. A evasão escolar se concentra no segmento de minifundiários mais pobres: eles, que já não têm expectativa de retorno razoável trabalhando com suas famílias e/ou assumindo tarefas de “peão”, vêem-se privados também das credenciais escolares mínimas.

Quanto às famílias com melhores condições socioeconômicas, a prática – sobretudo em uma época de maior prosperidade da região – era que os pais comprassem para cada filho um lote de terra ou, alternativamente, financiassem para ele o “estudo” – evidenciando que são postos em equivalência os ganhos esperados por receber um ativo produtivo ou uma formação que qualifica para o trabalho urbano.

Os jovens com que conversei parecem nunca fechar as possibilidades de alterar seus planos ou percursos de trabalho. Penso que essa “disposição” reflete a experiência de outros indivíduos que, no seu círculo social, descreveram trajetórias ocupacionais bastante descontínuas, intercalando ocupações primárias, secundárias e terciárias, autônomas ou assalariadas, em diversas localidades.

Uma impressão que, embora imprecisa, compartilho, é a de que, nas biografias em que havia um histórico inicial de agricultura familiar, os indivíduos, quando engajados em vínculos de trabalho assalariado, tinham maior dificuldade de suportar a autoridade patronal/ gerencial. O principal sintoma são os relatos de abandono de empregos por iniciativa própria, em função de conflitos. No minifúndio, tipicamente, o respeito (a subordinação) que se presta, no trabalho, acompanha a hierarquia dos papéis familiares. Ao mesmo tempo, como grupo, a família desfruta de considerável grau de autonomia, ou soberania em suas decisões.

## **7. O caráter familiar da vida econômica e dos projetos**

Embora seja característica das trajetórias dos trabalhadores dos minifúndios a combinação ou a alternância de inserções no trabalho primário e em atividades urbanas, alguns membros dessas famílias desfrutaram de poucos laços de sociabilidade externos ao grupo familiar. Tradicionalmente sob uma condução patriarcal – que vem sofrendo modificações, sem deixar de se fazer presente –, o processo de trabalho mantém entrelaçadas relações (e “funções”) sociais que a sociedade contemporânea tendeu a separar: as esferas do público (regido pelo trabalho) e do privado (sob a égide da família e do domicílio).

Essa particularidade, ao lado do elemento técnico referente à interação direta com a natureza, tem impacto na forma como os indivíduos vivenciam subjetivamente o próprio sentido de sua atividade laboral e concebem seus projetos de futuro. Planos e desejos dos entrevistados fundem-se com as situações vividas pelos demais integrantes de suas famílias. Isso envolve, por exemplo, motivações como a solidariedade – o sentido de parceria – em uma potencial atividade.

P – E tu tem vontade [de seguir trabalhando na propriedade dos pais]?

JAQUELINE – Olha, vontade, vontade mesmo, eu não teria. Porque isso aí não... do jeito que está indo, também não tem muitas perspectivas. Mas, se todo caso, meu irmão volta [ele tem plano de comprar a terra ao lado, do tio], eu fico, por questão de companhia para minha cunhada, que nós se demos muito bem. Até, agora, eu quero fazer um curso ali através do sindicato, de processamento de frutas, que daí nós já estava pensando. Daí eu e ela fazer para vender (Jaqueline, 16 anos).

A força de trabalho sendo tão exígua, a unidade produtiva muitas vezes não suporta a defecção de algum membro da família, seja por alguma incapacidade decorrente de doença, seja pela decisão individual de deixar o minifúndio. Em vários relatos, sente-se a força de uma obrigação moral com a viabilidade da propriedade familiar, a partir da qual atua um complexo balanço de compensações – especialmente entre irmãos.

No fluxo da vida econômica do minifúndio, os jovens relatam que o “caixa” é único, e que eles necessitam solicitar aos pais os recursos para seus gastos pessoais, mesmo quando têm uma participação não menos intensa do que a dos seus genitores no trabalho familiar. Isso se prolonga mesmo quando os filhos já estão bem adentrados na vida adulta.

Essa hierarquia que confere aos pais – em especial ao pai – a autoridade maior sobre a alocação dos recursos persiste. Em alguns casos, isso se estende às decisões sobre o que e como produzir. Houve alguma menção à resistência dos mais velhos a inovar, bloqueando proposições dos mais jovens. Mas esse tipo de opinião eu ouvi sobretudo de agentes de instituições; os agricultores-filhos tenderam a conferir aos pais a disposição a, ao menos, ouvir e discutir alternativas que lhes fossem propostas.

Quanto às relações de gênero, não esperava encontrar tantas jovens mulheres participando de tão ativamente da gestão de suas propriedades ou de circuitos públicos como os sindicatos. Talvez menos rígida, prossegue se manifestando uma divisão sexual do trabalho, expressa no fato, por exemplo, de que não há mulheres trabalhando como “peãs”, e que seus destinos, quando ocupadas na cidade, não têm grande variação: “doméstica ou balconista”, sintetizou uma entrevistada.

Nas propriedades familiares, a divisão sexual do trabalho típica ainda põe a cargo dos homens as tarefas de lavoura, enquanto hortas, pomares e a criação de animais, quando em pequeno número, são responsabilidade das mulheres. Uma dirigente sindical rural de Santo Cristo contava-me, em tom jocoso, que muitos homens, escorados nessa “tradição”, vêm se beneficiando dos avanços tecnológicos que aliviaram o cultivo de grãos sem alocar esse tempo liberado para “ajudar” as mulheres.

## 8. Conclusão

A produção agrícola familiar distancia-se setorial, territorial e socialmente de uma concepção modelar de mercado de trabalho e reivindica estatuto e reconhecimento nesse campo da reflexão sociológica. Essa configuração se demonstra profícua, ademais, para pôr em relevo dimensões analíticas que não têm recebido ênfase nos estudos sobre mercado de trabalho, sejam eles urbanos e/ou rurais.

A extensão em que se pode falar em mercantilização do trabalho é, aqui, limitada, seja pelo fato de que a “contratualidade” se eclipsa ante a força das relações familiares, seja pela ausência de remuneração monetária individualizada, seja, ainda, pelo peso, na alocação das capacidades laborais, de atividades voltadas para o “auto-consumo”. Em torno dessa forma de organização social e produtiva, outros mercados passam por uma refração – como pude observar no que diz respeito ao dinheiro, à terra ou à escolha das culturas.

Os minifundiários mantêm complexas e variadas conexões com o meio urbano e engajam-se com frequência em formas mercantilizadas de ocupação, que combinam ou alternam com a produção

familiar, o que desautoriza qualquer tratamento dualista. Isso não impede que as pequenas propriedades rurais conformem uma realidade diferenciada do ponto de vista espacial, compreendendo-se o espaço em seu sentido multidimensional. Quando colegas de escola escarnecem de uma “filha de colono” dizendo que ela não “mora”, mas “se esconde”, estabelece-se uma distância que não se mede em quilômetros: é eminentemente simbólica. Ante esse estigma, não foi sem surpresa que conheci um sem-número de “colonos”, muitos jovens, determinados a afirmar uma identidade que valoram muito positivamente.

O conteúdo do trabalho agrícola é contrastado, recorrentemente, às atividades urbanas. Tanto quem o aprecia quanto quem o deplora considera “sacrificado” o trabalho na “roça”; destaca a ausência de folgas e a relação que se estabelece entre o trabalhador e a natureza (trabalhar sob frio, calor ou chuva; perder cultivos por intempéris). O enfrentamento dessas adversidades serve de base a um sentimento de orgulho, proporcional ao desprestígio que é afirmado desde uma perspectiva “urbana”.

A essa “luta de classificações” comparecem outras oposições entre a forma ou estilo de vida que conduzem e o meio urbano, tal qual o representam. Cálculos “objetivos” misturam-se a compromissos de solidariedade com outros membros da família, comparações quanto à qualidade de vida em cada um desses espaços, considerações sobre relações hierárquicas no trabalho assalariado e a própria vocação.

Na perspectiva de (re) construir, analiticamente, o mercado de trabalho da região pesquisada, o segmento dos minifúndios impôs-se, em primeiro lugar, por sua representatividade quantitativa. Evidenciou-se, a seguir, que a produção familiar e as ocupações urbanas se interpenetram, pela circulação dos indivíduos entre essas formas de trabalho (que eles alternam ou combinam) e, mais do que isso, pelo modo como, no interior das famílias, esses “trabalhos” diferenciados se distribuem entre os vários integrantes, como parte de sua estratégia de sustentação.

As evidências sobre o universo dos minifúndios estimulam que se questione se as pesquisas sobre os mercados de trabalho dos grandes centros urbanos não adotaram acriticamente a perspectiva da atomização, tributária da economia (neo)clássica, consagrando um desinteresse pelos arranjos familiares e microsociais que cercam a inserção dos indivíduos na ocupação e na geração de renda. No mesmo sentido, a afirmação de identidades e estigmas em torno de escolhas “vocacionais” e de trajetórias ocupacionais pode seguramente ter correlatos analiticamente interessantes em outras configurações, aí compreendidas as metropolitanas.

## **Bibliografia**

ABBOT, Andrew. Sociology of Work and Ocupaccion. In SMELSER, Neil J., SWEDBERG, Richard (orgs). Handbook of Economic Sociology – 2a. Edição. Princeton University Press, 2005.

BAGNASCO, Arnaldo. La Costruzione Sociale del Mercato. Bologna: Il Mulino, 1988.

BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. O novo debate regional: posições em confronto. In: Benko, LIPIETZ. (org). As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Celta. p.3-15. 1994.

BOTTAZZI, Gianfranco. On est toujours le ‘local’ de quelque ‘global’. Pour une (re)définition de l’espace local. Espaces et Sociétés. Paris: L’harmattan. n. 82-83: Les échelles de l’espace social. P.69-92. 1996.

BOURDIN, Alain. A Questão Local. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

FEEDados (banco de dados online) – disponível em [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br).

FLIGSTEIN, Neil. *The Architecture of Markets – an Economic Sociology of Twenty-First Century Capitalist Societies*. Princeton/ Oxford: Princeton University Press, 2001.

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica*. São Paulo: Annablume (1988), 2003.

GRANOVETTER, Mark, SWEDBERG, Richard (org). *The Sociology of Economic Life*. Boulder, Westview Press, 2001.

GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness*. *The American Journal of Sociology*, vol. 91, n. 3, p. 481-510, nov, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. *Nova Economia*, 7(1):43-81, mai 1997.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers, BOYER, Robert. *From National Embeddedness to Spatial and Institutional Nestedness*. IN: \_\_\_\_\_, Robert (org). *Contemporary Capitalism – The embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, p. 433-484, 1997.

IBGE. *Censo demográfico 1991: Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

LAMARCHE, Hughes (coord). *A Agricultura Familiar – Comparação Internacional*. v. I – Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

MINGIONE, Enzo. *Sociologia della vita economica*. Roma: Carocci Ed., (1997), 2003.

PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, (1944) 1980.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. t. I. (Coleção Província). Porto Alegre: Globo, (1962)1969.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, (1996) 2004.

SASSEN, *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed (2007), 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n.51, fev. 2003

STEINER, Philippe. *Le marché vu par la sociologie économique*. Mimeo, 2004.

STREECK, Wolfgang. The Sociology of Labor Markets and Trade Unions. In SMELSER, Neil J., SWEDBERG, Richard (orgs). Handbook of Economic Sociology – 2a. Edição. Princeton University Press, 2005.

TICKAMYER, Ann R. Space Matters! Spatial Inequality in Future Sociology. Contemporary Sociology, vol. 29, n. 06, p. 805-813, nov. 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. A categoria "mercado de trabalho": inspirações da sociologia econômica para um necessário reexame. Ensaaios. FEE, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 695-726, dez. 2009

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et alii. Mercados de Trabalho não-metropolitanos – apontamentos sobre quatro experiências regionais no Rio Grande do Sul (Brasil). Anais do 4º Congresso da ALAST (Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo) – Cd-Rom (ISBN 959-032-X). Havana, Cuba, 9 a 12 setembro de 2003.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Mercado de trabalho e região: a articulação de duas problemáticas na perspectiva de um estudo de caso. Porto Alegre: FEE, 2011.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Um lugar fora da(s) ideia(s): a categoria mercado de trabalho em uma perspectiva espacial. IN: MARTINS, Heloisa H. T. de S., COLLADO, Patricia A. Trabalho & Sindicalismo no Brasil e na Argentina. São Paulo, Mendoza: HUCITEC, 2012.